



VII Colóquio Internacional São Cristóvão/SE/Brasil
“Educação e Contemporaneidade” 19 a 21 de setembro de 2013
ISSN 1982-3657



A IMPLEMENTAÇÃO DA POLÍTICA DE EDUCAÇÃO DO CAMPO NO MUNICÍPIO DE IRECÊ TRAJETÓRIA E CONCEPÇÕES

Autora: Tábata Figueiredo Doui

Eixo Temático: Educação e Políticas Públicas

RESUMO: Apresenta-se neste trabalho uma análise da concepção e a trajetória da Política de Educação do Campo em Irecê - BA. Espera-se contribuir para o conhecimento e a compreensão dos limites e avanços no processo analisado, conhecendo a trajetória e identificando as concepções de educação e de campo presente em documentos e nas ações educativas em Irecê. Optou-se pela análise documental e foram estudados relatórios de coordenação de educação do campo, orientações para elaboração dos projetos político-pedagógicos, planos e relatórios de gestão escolar e relatos escritos de educadores e educadoras. Assim, o estudo apresenta um quadro com os avanços no campo político e os limites no campo teórico com que se depara neste município, mas ainda uma precariedade em ambos os aspectos.

Palavras-chave: Educação do Campo. Políticas Públicas. Emancipação Humana.

ABSTRACT: This work presents an analysis of the design and the trajectory of Rural Education Policy in Irecê - BA. Expected to contribute to the knowledge and understanding of the limitations and advances in the process analysis, knowing the path and identifying the conceptions of education and field present in document educational actions in Irecê. We opted for document analysis and reports were studied coordination of education, guidelines for preparation of political-pedagogical projects, plans and management school report written accounts of educators. Thus, the study presents a framework with advances in the political and theoretical limits in facing this municipality, but also a precarious signals in both respects.

Keywords: Rural Education. Public Policy. Human Emancipation.

Introdução

A região onde se situa o município de Irecê teve seu povoamento iniciado ainda no século XVI, no período de exploração de minerais na chapada diamantina e intensificado no final do século XIX e meados do século XX com o início a produção agrícola atendendo a uma forte demanda do mercado. O município de Irecê passa a representar o polo regional de onde saíam as mercadorias para exportação e embora existissem um número significativo de propriedades rurais de produção familiar estas, até pelo momento histórico em que foram formadas, não tinham, em sua maioria, o fim da subsistência. Basta lembrar que, justamente neste período que se encontram afloradas as concepções que defendem a adequação das pequenas propriedades ao mercado. Pode-se apontar aí a intensificação da dominação capitalista sobre o meio rural.

Não muito tempo depois, chegaram à região as instituições que impulsionavam o desenvolvimento regional e a expansão na época em que se intencionava a contenção da migração do campo para a cidade. Obtendo assim uma nova configuração socioeconômica inicialmente gerando a intensa ocupação das terras através da pecuária.

extensiva e mais tarde com as lavouras de feijão, milho, mamona e sisal, atendendo à tendência monocultu agricultura brasileira (Tonneau, 1994). Mais tarde, com a *revolução verde*, a região obteve destaque den modelo de desenvolvimento apregoado, na produção de feijão. Modelo este, que deixa sérias consequênci aspectos ambientais, econômicos, sociais e culturais desta região.

Registra-se que por ser uma região relativamente nova e que já se moldou estrutural e economicamente (de um modelo da concentração de renda e da exploração com todas as suas vertentes, em todas as . nota-se os resquícios de uma cultura política da aceitação e da dominação ideológica sobre a popi camponesa local. Segundo BARBOSA (2000), a região de Irecê bem como a grande maioria das regiões do ir do nordeste, foi forjada dentro da lógica da modernização capitalista na agricultura. Assim rapidamente, a la tradicional de subsistência se transforma em agricultura comercial. Sinalizando a nível local o que aconte pequena agricultura brasileira com a modernização que excluiu o pequeno produtor das condições de comp dentro do mercado e proletarizou o camponês que, em muitas vezes teve que vender suas terras a endividamento gerado pela tentativa de adequação as novas tecnologias de produção no campo.

Assim, molda-se o quadro social do município existente ate hoje. Da dominação ideológica fica uma q acomodação de algumas pequenas comunidades rurais que se conformam e propagam a ideia de um mui com características urbanas e culpam apenas os fenômenos climáticos pela crise vivida pela agricultura na r Vive-se com uma grande devastação da fauna e flora regionais, compactação e salinização dos solos ge principalmente pelos sistemas de irrigação inadequados, e se convive ainda com concentração fundiária disfarçada por uma falsa *reforma agrária natural*, como pode-se notar na tabela abaixo retirada do rel SDT/MDA 2005.3:

Perfil da estrutura agrária no território e estado da Bahia

Estado Municípios	Área devoluta (ha)	Imóveis improdutivos	Assentamentos Acampamentos			
			Nº	ÁREA	FAMILIAS	FAMILI
BAHIA	22.856.9714.846		479	1.224.442	28.681	0
América	56.895		1	500	21	0
Dourada						
Barra do Mendes	114.395	4	0	0	0	0
Barro Alto	31.622	0	0	0	0	0
Cafarnaum	69.781	4	0	0	0	0
Canarana	46.307	0	0	0	0	0
Central	35.175	5	0	0	0	0
Gentio do Ouro	333.879	9	0	0	0	0
Ibipeba	76.960	7	0	0	0	0
Ibititá	39.595	0	0	0	0	0
Irecê	19.758	1	0	0	0	0
Itaguaçu da Bahia	327.722	20	5	18.066	434	
João Dourado	58.873	2	1	654	30	
Jussara	43.528	20	2	2.376	75	35
Lapão	45.756		0	0	0	
Mulungu do Morro	32.737	3	0	0	0	17
Presidente Dutra	11.074	1	0	0	0	0
São Gabriel	79.571	3	7	5.631	89	

Uibaí	34.330	2	1	465	25	
Xique-Xique	357.281	53	6	64.419	582	296

Além disso, a agricultura perde cada vez mais o seu caráter familiar de produção diversificada, acentuando a exploração do trabalhador rural e a queda na qualidade de vida no meio rural ireceense. Na educação o município convive com índices de analfabetismo ainda altos, em torno de 27%, resultante principalmente da negação à escolarização das populações rurais. Por se tratar de um município com características históricas e culturais eminentemente rurais traz um legado de negação de direitos. Existem hoje 14 escolas localizadas nos 12 povoados do município de Irecê, povoados estes que se localizam geograficamente próximos à sede do município, este fato tende a facilitar o trabalho com estas comunidades, onde não cabe o argumento do isolamento físico. Entretanto, o que se constata a partir de observações e relatos de moradores e trabalhadores/as destas localidades é a existência de um descompasso no campo das políticas para esta população e, conseqüentemente, para sua educação que se mostra homogenizadora no campo das políticas públicas.

Desde o ano de 1958, quando foi criada a primeira escola, onde hoje fica o povoado de Meia-Hora, a educação cumpriu, por grande parte da história, um papel meramente assistencialista, tendo atenção por vezes de respaldo econômico que esta região obteve em algum período, quando algumas ações de caráter instrucional e profissionalizantes foram desenvolvidas na intenção de atender a uma demanda mercadológica em surgimento. Apenas nos anos oitenta, quando já existiam escolas em todos os povoados do município, foram fundadas e desvinculadas das Escolas da sede do município, enquanto todas as demais eram extensão de alguma escola da sede. Foram criadas então Escolas Polo Nordeste nos povoados de Itapicuru e Angical, em consonância com a tendência de regionalização do desenvolvimento da época. E, somente em 1991, estas escolas foram regularizadas em portaria com números de registros próprios, devido a uma forte pressão do MEC, que precisava da oficialização destas Escolas. Para o Estado esta regularização significava aumento de recursos e para os Movimentos Sociais que já se empenhavam na luta por uma Educação do Campo, isto representava um reconhecimento e apontava para uma referência no campo das políticas públicas.

Assim, por toda a história de existência das Escolas de Irecê estejam elas na zona rural ou urbana já que, não se justificando sempre houve esta divisão, a educação sempre sofreu os reflexos tardios do que era praticado no nível nacional. E, pela história de negação e dominação ideológica através da cultura do conformismo, as políticas implementadas nesta região tinham caráter assistencialistas e, mesmo representando o resultado das lutas e em prol dos povos do campo estas políticas chegavam nesta região de maneira deslocada já que, graças ao estranhamento da maioria desta população as questões do campo, o povo ireceense não se identificava culturalmente historicamente enquanto classe trabalhadora do campo, porque assim não lhes era permitido não apenas na região mas, principalmente nas localidades do interior nordestino que tiveram destaque econômico neste período com o mesmo fim. Inculcando um outro modelo de progresso priorizando a agricultura para a exportação em detrimento da agricultura de produção familiar para a subsistência.

Assim, oscilando entre a concepção de Educação Rural com as investidas do Estado em acentuar a dominação da educação para o meio rural resultantes das políticas assistencialistas, através de campanhas e Programas que visam amenizar os índices como analfabetismo e a baixa escolaridade no campo e, ao longo da história acompanhando as teorias dominantes no meio educacional. Atualmente, principalmente devido à influência da mobilização a nível nacional por uma Educação do Campo, a política de educação neste município apresenta uma multiplicidade de entendimentos acerca do que representa a Educação do Campo. E, segundo alguns documentos e relatórios analisados, esta multiplicidade é vista como uma tendência moderna, benéfica no sentido de ressignificar as várias vertentes teóricas educacionais vigentes neste momento histórico. É evidente também em vários documentos que a concepção de educação do campo ainda está majoritariamente baseada em estudos populacionais ou ainda baseada no senso comum.

A Trajetória e as Concepções da Política de Educação do Campo de Irecê

Como já foi mencionado, a concepção de educação do campo no município de Irecê, no que diz respeito

políticas públicas, acompanha as tendências teóricas predominantes a nível nacional sendo que, devido a série de fatores, os avanços logicamente ocorreram e ainda ocorrem de forma mais lenta, já que os reflexos das políticas nacionais chegam mais tardiamente. Segundo uma das educadoras que trabalha nas escolas do campo em Irecê, há mais de dez anos, este acompanhamento “defasado” como ela coloca, acentua-se devido à acomodação e conformismo que impede que a população camponesa lute por seus direitos e pela educação de qualidade.

Após a II Conferência Nacional por Uma Educação do Campo e com a criação da Coordenação Nacional de Educação do Campo, a mobilização em defesa da implantação desta política se intensificou através dos Fóruns, Seminários Estaduais e Regionais de Educação do Campo por todo o país. Em 2005, foi criado o Fórum de Rede de Educação do Campo e Convivência com o Semi-Árido de Irecê que era a representação dos Fóruns Estaduais Nacional em parceria com o Grupo de Apoio e Resistência Rural e Ambiental – GARRA, uma ONG local e a RESAB – Rede de Educação do Semi-Árido Brasileiro. A partir deste momento, as discussões acerca da Educação do Campo se intensificaram juntamente com a perspectiva de Convivência com o Semi-Árido e por vezes confundida, e mesmo já tendo sido iniciada esta discussão dentro do Curso de Formação Inicial de professores pela UFBA, através da Licenciatura em Pedagogia, e neste momento que a concepção de Educação do Campo passa a passar pelas discussões e os Cursos de Formação.

Durante o Curso de Pedagogia oferecido pela Universidade Federal da Bahia para professores, a Educação do Campo compunha um dos componentes Curriculares onde a concepção predominante era a perspectiva de “Educação do Campo”. Entendia-se que a discussão se cercava pela perspectiva do respeito às peculiaridades de cada um dos universos. Esta era uma tendência com resquícios, ainda do processo de regionalização e desenvolvimento, iniciada na década de 80 que, tinha como objetivo a redemocratização do país e investia na supervalorização dos diversos espaços. A predominância da perspectiva de Rede no entendimento reconhecido da valorização da educação do campo, fica evidenciado no relatório da Coordenação Municipal de Educação do Campo de Irecê, 2008, que traz:

A partir dos estudos e do trabalho com a perspectiva de rede na Educação do Campo no município, tem-se intensificado cada vez mais o respeito e a valorização da cultura e da convivência locais, sob o princípio do atendimento a todos e a cada um. (...) esta Secretaria compreende a importância de trabalhar com base nos princípios da Educação do Campo que respeite e valorize a realidade do campo e da Convivência com o Semi-Árido, sem perder de vista a perspectiva do trabalho interativo em Rede. (P.03)

Assim, neste e em outros documentos a serem mencionados, a Educação do Campo se atrela à questão do desenvolvimento regional, devendo ser registrado aqui que o aparecimento desta relação não significa necessariamente uma relação com as questões econômicas e principalmente históricas que causam a precarização da educação em todo o campo e em todas as suas formas de produção. Sendo este também um aspecto da discussão de rede que se apoia mais em questões superficiais compreendendo que coexistem duas realidades dentro de uma só Rede, não sendo considerado a unicidade comum aos trabalhadores enquanto que, seja no campo ou na cidade são explorados pelo mesmo modo de produção e, conseqüentemente explorados politicamente. Além de não se mencionar o direito ao conhecimento e à escola como espaço para sua produção.

Ainda no ano de 2005, foi elaborado pela Equipe Técnico-Pedagógica da Secretaria de Educação o Programa de Implementação dos Projetos Político-Pedagógicos para as escolas do Campo. Esta iniciativa pensada pela Secretaria em parceria com o GARRA com o objetivo de “construir, a partir das discussões do currículo Unificado da Rede, os projetos Político-Pedagógicos para as escolas do Campo alicerçada nas discussões sobre a convivência com o semi-árido e fundamentar o Projeto de Gestão para os dirigentes das Escolas Rurais”.

Assim, mesmo existindo a Proposta Curricular e Regimento Escolar Unificado, a Secretaria cria este programa para subsidiar a elaboração dos Projetos Político-Pedagógicos das Escolas do campo atendendo a uma exigência do Conselho Municipal de Educação e do plano de carreira aprovado pelo município que exigia dos candidatos a gestores escolares a elaboração de um plano onde constasse a proposta pedagógica a ser desenvolvida. Como as escolas do Campo a esta altura não tinham sequer organização e documentação legais, mesmo sendo discu-

proposta de elaboração dos PPPs a burocratização imposta pelo Estado continua a emperrar a organização das escolas que, até hoje, não possuem definição sequer da forma de estruturação legal destas instituições com exemplo: a questão das nucleações, da gestão destas escolas e da própria legalidade já que, pelos menos as escolas ainda não possuem portaria de abertura.

O Programa visava ainda realizar encontros de formação e estudo e mesmo trazendo como prioridade o respeito às necessidades locais, as escolas não participam da elaboração da proposta do programa e nem ajudam a acompanhar os processos de formação, elas são chamadas a colaborar com o cumprimento das atividades propostas de acordo com o documento que institui o programa, deveriam atender a demandas colocadas pelas escolas. Havia também nas propostas de formação ou tampouco em estudo, uma reflexão sobre os aspectos que levam as Escolas do Campo a situação em que se encontram e colocando a própria escola como responsável pela transformação desta realidade através do respeito à cultura e inculcação de novos valores à população do campo que almeja mudança de vida. E esta mudança no modo de pensar é que é colocada, inclusive pelos documentos MEC, como essenciais na construção da Política de Educação do Campo, de acordo com os Cadernos da S (2007):

Para se conceber uma educação a partir do campo e para o campo, é necessário mostrar e colocar em cheque idéias e conceitos há muito estabelecidos pelo senso comum. O que isso, é preciso desconstruir paradigmas, preconceitos e injustiças, a fim de reverter às desigualdades educacionais, historicamente construídas, entre campo e cidade. (P.13)

Como se percebe, a concepção predominante neste momento, trabalha com a perspectiva de desconstruir paradigmas e, neste caso especificamente não são pontuadas as questões concretas, materiais de trabalho das escolas do Campo uma vez que, colocam as escolas e mais diretamente os professores como responsáveis por esta mudança de modo de pensar sendo este próprio educador e educadora frutos do mesmo processo da negação dos direitos e sendo a formação também insuficiente para desfazer a idéia de campo como espaço precariza que esta precarização diz das condições concretas.

Ainda dentro desta perspectiva e a partir de algumas formações realizadas por entidades como MOC – Movimento de Organização Comunitária, RESAB, IRPAA, UFBA e GARRA, e ainda graças a atuação do Fórum de Educação do Campo e Convivência com o Semi-Árido, o município de Irecê desenvolveu em duas de suas escolas a experiência com os Livros Didáticos Conhecendo o Semi-Árido I e II, elaborado pela RESAB, Cenpec e UNICEF. As escolas Francisco Nunes, localizada no povoado de Itapicuru e a Escola Rural de Angical, no povoado de Angical receberam em agosto de 2006 este material para que fosse trabalhado em duas turmas de cada escola somando 130 alunos do segundo ciclo do ensino Fundamental I, correspondente as antigas terceira e quarta séries.

Esta experiência compunha um conjunto de atividades de pesquisa realizada pela RESAB, sendo monitorada por uma de suas pesquisadoras. Neste período de agosto a dezembro de 2006, as quatro professoras envolvidas utilizaram este material como suporte sem dispensar o trabalho com o livro didático comum. No decorrer do processo, as equipes das escolas tiveram alguns encontros de troca de experiências e responderam questionários aplicados pela pesquisadora.

Este material tem como princípio a educação contextualizada onde os conhecimentos priorizados dizem respeito à vida no campo do semi-árido brasileiro, como define MARTINS, 2006:

A educação para a convivência com o semi-árido passa pela escolarização de temas tomados em suas amplitudes, implicando não em tratar estes temas como temas práticos, mas em decorrer ao saber popular e parar por aí mesmo. Como se estivéssemos agregando valor a um produto e o valor a ser agregado aos temas locais e o novo saber. (p.: 6)

Como já foi abordado, esta tendência à valorização contextual que, chegando a ser reducionista, representa uma estratégia de dominação neoliberal na educação, na tentativa de camuflar e por vezes naturalizar a precariedade. Caracterizando-se pela ausência de reflexão mais profunda sobre a origem desta dominação.

limitando aos sujeitos o direito à cultura e ao saber universal, além de estar consoante com a tendência culturalista, que sob a justificativa do respeito cultural, contém os sujeitos do campo em seus espaços em condições dignas de permanência, sem grandes possibilidades de avanço intelectual e conseqüente transformação de suas realidades. É importante que se atente para este aspecto predominante no entendimento da Educação Contextualizada para que se compreenda o universo em que esta política foi pensada, especialmente no município de Irecê - BA. Este entendimento que beira ao reducionismo sinaliza para a camuflagem da deficiência tanto na garantia dos conhecimentos que competem à escola, quanto na oferta de políticas para os sujeitos do campo.

A partir desta experiência, o debate da contextualização tomou mais força no município, sendo vista como estratégia de melhoramento do processo de ensino-aprendizagem. Esta iniciativa, surgiu tanto de uma iniciativa das próprias entidades que pretendiam pôr em prática o trabalho com este material como também, veio a atender um anseio e reivindicação das escolas que já se viam avançadas no estudo acerca da contextualização e pretendiam vivenciar "algo diferente", como sinalizam as escolas participantes. De fato, para as professoras este material possibilitou algo novo, provocando encantamento dos alunos que se envolviam mais nas aulas e identificavam com os temas tratados pelo livro. E, de acordo com uma análise feita pela Secretaria de Educação relativa aos indicadores qualitativos de ensino, o tempo da experiência foi curto para que se pudesse avaliar o desempenho quanto a aprendizagem dos alunos. E, desde então o Fórum de Educação do Campo e Convênio com o Semi-Árido realizou, segundo registros da Secretaria de Educação, algumas formações e momentos de discussão sobre temas como: Projeto Político-Pedagógico, Educação Contextualizada e Educação para o Desenvolvimento Rural Sustentável.

Estas discussões possibilitaram às escolas do campo de Irecê a pensarem mais sobre suas condições e a pausarem suas reivindicações em prol da melhoria da qualidade da educação no meio rural que tem uma grande defasagem em relação às escolas da sede deste município, no que tange aos índices como analfabetismo, distorção idade-série, evasão e abandono escolar. Devido à reivindicação por um acompanhamento específico e mais irrisório por parte da Secretaria de Educação para as escolas do campo. Assim, como o setor pedagógico desta Secretaria organizava sua divisão por escolas independente de seu segmento ou localização, as equipes das escolas e sinalizavam a necessidade de um acompanhamento específico para as escolas dos povoados. Esta reivindicação foi atendida em 2008, quando foi criada a Coordenação de Educação do Campo.

A criação desta Coordenação não provocou nenhuma mudança na organização e na função do setor pedagógico da Secretaria de Educação que continuou fazendo o trabalho de supervisão nas escolas sendo, cada técnico e técnica deste setor incumbida de acompanhar um determinado número de escolas. Desta forma, o trabalho de coordenação continuou limitado ao trabalho de supervisão e a formação acontecia esporadicamente em momentos pensados pelas próprias escolas individualmente. A coordenação de Educação do campo acompanhava apenas as escolas que possuíam classes multisseriadas que são 10, das 14 escolas. Segundo o relatório de Gestão 2005/2008 desta Secretaria, este acompanhamento às escolas com classes multisseriadas foi necessário porque estas escolas se encontravam em situação de defasagem e representavam 64% das Escolas do Campo de Irecê. Ainda segundo este relatório, com a criação desta coordenação foi possível realizar atividades como:

Atender as principais demandas didático-pedagógicas específicas destas escolas;
Fortalecer o trabalho de valorização da escola do campo, bem como o trabalho de resgate da cultura popular destas comunidades;
Relacionar, diante das possibilidades, as atividades e conteúdos escolares à realidade do campo;
Aproximar a comunidade local da escola, dentre outras. (2008, p. 07)

Percebe-se claramente o exercício de ações meramente pontuais e superficiais que dizem respeito ao abandono histórico das escolas do campo e não de suas causas. Assim, mais uma vez o Estado se isenta da obrigação de garantir a qualidade da educação e dedica-se a ações que visam meramente sanar as consequências desta negação. No que tange a formação de professores que é também colocada como uma das funções do setor Pedagógico da Secretaria de Educação, neste primeiro ano de coordenação, foram realizados apenas esboços acerca das Diretrizes Operacionais para Escolas do Campo e sobre os documentos legais destas escolas tendo

uma vez o objetivo de atender a uma exigência burocrática e um problema ainda não resolvido que é a documentação e a legalidade destas escolas.

Em 2009, mais uma vez graças à mobilização pela melhoria da qualidade da educação no campo e também consonância com o movimento nacional por uma educação do campo, foi instituída em portaria a Divisão de Educação do Campo, a partir de uma reorganização administrativa no poder público municipal que o Departamento de Ensino e Suporte Pedagógico dividido em Divisões e por segmentos de ensino. Esta organização, entra esta Divisão de Educação do Campo. Esta iniciativa, segundo a justificativa da reestruturação e administrativa da Secretaria de Educação, "deu-se para que as escolas tivessem mais de uma pessoa acompanhando e dando suporte". Assim foi possível que todas as divisões fizessem um diagnóstico da situação da Educação Infantil, Ensino Fundamental, Educação de Jovens e Adultos e da Gestão destas escolas.

O que se observa ainda é uma falta de compreensão e unicidade de concepção sobre o que representa a Educação do Campo neste município, por parte da gestão da educação municipal. Falta uma melhor compreensão da educação contextualizada que tem colocado o campo como um conteúdo a mais a ser trabalhado nas escolas povoadas e ainda, a fusão da Educação do Campo e Educação Ambiental. Quanto a este último aspecto, também nesta última organização do Departamento de Suporte Pedagógico da Secretaria Municipal de Educação um entendimento de que a Coordenação de Educação Ambiental que também se encontra em foco, tende a identificar mais com a Divisão de Educação do Campo e mais especificamente, com o entendimento de Educação do Campo como a responsável pelas escolas dos povoados. Assim, justifica-se que a "zona rural" deste município está mais diretamente ligada às questões ambientais, sinalizando aqui dois sérios problemas concepcionais.

A análise da concepção de Educação do Campo se funde com o próprio entendimento de Campo, principalmente pelo fato do município de Irecê ser classificado em muitas análises como um município eminentemente urbano devido ao crescimento populacional da cidade e desaparecimento das propriedades de produção familiar. A educação do campo é compreendida como a oferta escolar para os povoados, não se distinguindo da concepção de educação rural. Embora em seu último relatório, escrito em 2010, a Secretaria Municipal de Educação destaca que "o município pode ser considerado rural a partir de seus aspectos culturais, econômicos e históricos". Esta multiplicidade de conceitos e concepções fica evidente nos documentos, relatos e relatórios recentes feitos tanto pelas Escolas, quanto pela Secretaria de Educação.

Considerações

A análise da realidade do campo a partir de suas relações sociais, proporcionou uma abordagem mais crítica de alguns conceitos e concepções postas na atualidade. Somando a isso, tendo como referência teórico o materialismo histórico dialético, foram identificados elementos na construção da Política que representam interesses e ideologias, aqui podendo ser chamada de classe. Como exemplo, pode-se citar as Diretrizes Operacionais para as Escolas Básicas do Campo que trazem pontos oriundos dos Movimentos Sociais com a garantia da própria perspectiva de Campo englobando todas as formas de produção neste universo e do Estado que impõe seus limites através da burocratização, não garantindo condições objetivas de avanço concreto.

Destaca-se também nesta pesquisa elementos que indicam a apropriação das bandeiras de luta dos povoados do Campo, pelo Estado que se dá nas teorias neoliberais em educação com ideais de individualização dos povoados enfraquecendo a luta coletiva. Isto também é percebido e aqui foi evidenciado através das teorias que camuflam a precariedade, por vezes até naturalizando-a, usando do argumento da luta pelo respeito às especificidades locais e reducionismos que limitam os sujeitos do direito à formação integral e conhecimento do processo no todo. Isto apresenta um grande risco na luta coletiva para superação desta dominação.

Por parte do poder público e da gestão da educação pública municipal, não há ainda uma concepção ou conceito definido e explicitado sobre o que representa o Campo. É notório, nos documentos e relatos analisados, a falta de definição de Educação do Campo, que acaba denunciando a falta de prioridade despendida a esta perspectiva por vezes é colocada como indevida diante da realidade do município que é visto como eminentemente urbano considerando apenas a delimitação física. Em contraponto a este entendimento, algumas entidades representativas da comunidade camponesa, ONGs etc, contribuíram para a garantia da Política de Educação

Campo, trazendo uma outra abordagem que se soma à concepção de educação para a convivência com o Semiárido.

Assim, diante do que o próprio município tem acumulado e ainda diante da precariedade exposta inclusive indicadores relativos ao campo ireceense, cabe a construção coletiva e participativa da Política de Educação do Campo, onde os sujeitos envolvidos conheçam o processo e compreendam as concepções e princípios que norteiam a discussão, onde sejam pautados os elementos concretos da realidade deste universo. Assim, os aspectos econômicos, a estrutura agrária regional e os caminhos para uma educação que possibilite a emancipação dos sujeitos e para além dos limites impostos pelo modo de produção capitalista.

À escola, retomando seu papel de espaço de produção de conhecimento e saber elaborado e historicamente construído, necessita resgatar estes princípios que dizem da natureza da educação. Considerando que a escola sendo gerida pelo Estado e mais amplamente estando dentro dos limites do Capital reproduz a ideologia dominante, dentro desta estrutura não se apresentam condições para a transformação coletiva, daí a importância que a Escola assuma o que é de *dever* para que os sujeitos educandos adquiram o que lhes são de direito. E isso, é imprescindível também que a atuação das organizações sociais como a família e espaços de organização política e comunitária. Isto porque, a Educação do Campo que aqui se prioriza está para além da educação formal já que dentro destas condições de superação são restritas ou inexistentes. Entretanto, na perspectiva da educação para emancipação humana cada setor social integrando a classe trabalhadora, uma vez consciente de sua realidade para a transformação, ou mais diretamente, consciente enquanto classe, tenham seus papéis definidos.

Pontuando sinteticamente os principais limites na Implementação da Política de Educação do Campo no município de Irecê localiza-se fundamentalmente a falta de compreensão que gera uma diversidade de entendimentos sobre o que representa o Campo e sua educação, para além da oferta e da delimitação geográfica física. Como se vê quando a Divisão de Educação do Campo e a anterior Coordenação de Educação do Campo é definida como responsável pelas Escolas localizadas na zona rural do município, estando incumbido de atender às demandas didático-pedagógicas específicas, quando na verdade os entraves relacionados à qualidade da educação oferecida ou mais diretamente à produção do conhecimento, são encontrados em todo o ensino público do município sob demandas concretas, objetivas, ligadas ao investimento financeiro por exemplo, não são consideradas.

A Educação do Campo do município tem acompanhado as mais variadas vertentes teóricas surgidas no surgimento na atualidade que têm discutido questões mais genéricas e superficiais que são chamadas de abordagens culturais ou contextuais, enquanto o principal foco da educação escolar, que é o conhecimento, acaba por não ser priorizado ou "ressignificado" como pretende algumas destas vertentes. Vale considerar que não são discutidas tampouco a origem dos fatores que levam a "não produção" do conhecimento mas sim, a transfiguração dos conceitos para que se naturalize e dê um novo ou pouco significado ao conhecimento historicamente produzido. Isto acontece com as teorias que tratam da contextualização do ensino com o *conteudismo* contextual reducionista, em detrimento do conhecimento.

Dentro destes limites concretos e concepcionais, a construção da Política de Educação do Campo ou efetivação de marcos nesta construção representam possibilidades frente à realidade posta uma vez que, suscita a discussão acerca deste universo, especialmente, por parte do poder público municipal que acaba assumindo, logicamente, a implementação da política.

Referências:

BARBOSA, Diva Vinhas Nascimento. **Os impactos da seca de 1993 no Semi-árido baiano: Caso de Irecê**. Salvador: SEI, 2000.

BRASIL (2008) **Resolução CNE/CEB N 2, DE 28 DE ABRIL DE 2008. Estabelece Diretrizes Complementares às Diretrizes operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo**. Brasília: Ministério da Educação, 2008.

BRASIL. (2002) **Resolução CNE/CEB N 1, DE 3 DE ABRIL DE 2002. Institui as Diretrizes Operacionais**

para a Educação Básica nas Escolas do Campo. Brasília, DF: Ministério da Educação, 2002.

MARTINS, Josemar da Silva. **Anotações em torno do conceito de educação para a convivência com o Semiárido.** In **Educação para a Convivência com o Semiárido: reflexões teórico-práticas.** Juazeiro Secretaria Executiva da Rede de Educação do Semiárido Brasileiro, Selo Editorial-RESAB, 2006.

REDE DE EDUCAÇÃO DO SEMI-ÁRIDO BRASILEIRO. **Conhecendo o Semi-Árido I.** Juazeiro, BA: RESAB/UN 2005.

SDT/MDA. **Marco Referencial para Apoio ao Desenvolvimento de Territórios Rurais.** Série docum institucionais nº 02, 2005. (1)

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO. **Programa de Implementação dos Projetos Político-Pedagó para as Escolas do Campo.** Irecê, BA: Prefeitura de Irecê, 2005.

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO. **Proposta Curricular da Rede Municipal de Educação de 1 Educação Infantil e Ensino Fundamental I.** Irecê, BA: Prefeitura de Irecê, 2003.

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO. **Relatório de Gestão 2005 - 2008.** Irecê, BA: Prefeitura de 2008.

TONNEAU, Jean-Philippe, DUQUE, Ghislaine, DINIZ, Paulo. **Desenvolvimento Territorial no Nordeste método de diagnóstico e planejamento participativos.** Raízes, Campina Grande, vol.22, nº 02, p. 181 jul./dez. 2003.

1 Graduada em Pedagogia pela Universidade do Estado da Bahia; Especialista em Educação e Meio Ambient Universidade do Estado da Bahia; Pesquisadora do Coletivo de Estudos e Pesquisas em Educação e Emanci Humana UNEB Campus XVI – Irecê BA; Mestranda em Educação do Campo pela Universidade Federi Recôncavo da Bahia. Pesquisadora Bolsista pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia. E tabata.uneb@yahoo.com.br